



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 21 de agosto de 2014. A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013		2014	2013
Ativo			Passivo		
Circulante	4.099.844	3.025.899	Circulante	3.561.212	1.577.791
Disponibilidades	23.135	5.900	Depósitos	709.456	559.818
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.212.594	1.232.971	Depósitos à vista	2.309	1.426
Aplicações no mercado aberto	589.998	1.192.736	Depósitos interfinanceiros	253.151	246.784
Aplicações em depósitos interfinanceiros	204.235	40.235	Depósitos a prazo	453.996	311.608
Aplicações em moeda estrangeira	418.361	-	Captações no mercado aberto	167.321	34.310
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	472.975	625.046	Carteira própria	122	34.310
Carteira própria	225.549	363.578	Carteira de terceiros	167.199	-
Vinculados a compromissos de recompra	123	34.391	Recursos de aceites e emissão de títulos	13.062	40.807
Vinculados à prestação de garantias	231.725	154.501	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de créditos e similares	13.062	40.807
Instrumentos financeiros derivativos	15.578	72.576	Relações Interdependências	692	14.512
Relações interfinanceiras	2.439	668	Recursos em trânsito de terceiros	692	14.512
Créditos vinculados:			Obrigações por empréstimos	2.189.823	845.574
Depósitos no Banco Central do Brasil	2.395	562	Empréstimos no exterior	2.189.823	845.574
Correspondentes	44	106	Instrumentos financeiros derivativos	67.902	15.133
Operações de crédito	160.622	164.609	Instrumentos financeiros derivativos	67.902	15.133
Operações de crédito - setor privado	160.728	164.659	Outras obrigações	412.956	67.637
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(106)	(50)	Carteira de câmbio	398.657	37.066
Outros créditos	2.227.647	996.314	Fiscais e previdenciárias	7.837	15.014
Carteira de câmbio	2.214.140	962.607	Negociação e intermediação de valores	44	9.498
Rendas a receber	27	27	Diversas	6.418	6.059
Negociação e intermediação de valores	873	-	Exigível a longo prazo	404.592	1.195.619
Diversos	12.607	34.265	Depósitos	345.719	557.098
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	-	(585)	Depósitos a prazo	345.719	557.098
Outros valores e bens	432	391	Obrigações por empréstimos	578.847	578.847
Outros valores e bens	5	46	Empréstimos no exterior	-	578.847
Despesas antecipadas	427	345	Instrumentos financeiros derivativos	1.613	2.428
Realizável a longo prazo	439.150	300.777	Instrumentos financeiros derivativos	1.613	2.428
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	106.790	4.861	Outras obrigações	57.260	57.246
Carteira própria	106.339	-	Fiscais e previdenciárias	53.813	45.703
Instrumentos financeiros derivativos	451	4.861	Diversas	3.447	11.543
Operações de crédito	190.387	175.096	Resultados de exercícios futuros	607	745
Operações de crédito - setor privado	190.387	175.096	Resultados de exercícios futuros	607	745
Outros créditos	141.973	120.820	Patrimônio líquido	575.180	555.483
Diversos	141.973	120.820	Capital:		
Permanente	2.597	2.962	De domiciliados no exterior	350.492	350.492
Investimentos	249	249	Reserva de capital	1.337	880
Outros investimentos	249	249	Reserva de lucros	209.611	189.547
Imobilizado de uso	2.221	2.511	Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	-	(323)
Outras imobilizações de uso	11.179	11.216	Lucros acumulados	13.740	14.887
(-) Depreciações acumuladas	(8.958)	(8.705)			
Intangível	127	202			
Ativos intangíveis	284	284			
(-) Amortização acumulada	(157)	(82)			
Total do ativo	4.541.591	3.329.638	Total do passivo	4.541.591	3.329.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

Eventos	Capital social		Reserva de lucros		Ajuste ao valor de mercado - TVMs e derivativos	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Reserva de capital	Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	350.492	723	28.221	160.542	2.589	542.567	542.567
Ajuste ao valor de mercado - TVMs e derivativos	-	-	-	-	(2.912)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	15.671	12.759
Constituição de reserva legal	-	-	784	-	-	(784)	-
Constituição de outras reservas	-	157	-	-	-	-	157
Saldos em 30 de junho de 2013	350.492	880	29.005	160.542	(323)	14.887	555.483
Saldos em 31 de dezembro de 2013	350.492	1.286	30.584	178.304	(29)	560.387	560.387
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	14.463	14.463
Ajuste ao valor de mercado - TVMs e derivativos	-	-	-	-	29	-	29
Constituição de reserva legal	-	-	723	-	-	(723)	-
Constituição de outras reservas	-	51	-	-	-	-	51
Saldos em 30 de junho de 2014	350.492	1.337	31.307	178.304	-	13.740	575.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O ING Bank N.V., (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009 e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

Em 30 de junho de 2014 e 2013, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	23.135	5.900
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.212.594	1.192.736
Total	1.235.729	1.198.636

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda;
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utiliza-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observem os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- **Hedge** de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *“hedge”* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.

- **Hedge** de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de *“hedge”* são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 30 de junho de 2014 e 2013, a Filial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

As participações acionárias, não destinadas à manutenção da filial, e títulos patrimoniais são demonstrados pelo seu valor de custo.

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens. As taxas de depreciação anuais são: 10% para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação, sistema de segurança e instalações; 20% para veículos e 20% para equipamentos de processamento de dados.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do semestre.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro líquido ajustado pelos itens definidos em legislação específica. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em semestres anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários do imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério *“pro rata temporis”* para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a Entidade mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:

- **Risco de mercado** - a área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada a Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado, são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários, para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado.

As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia do *“Value at Risk”*, aplicação de *“Stress Testing”* com base em cenários históricos e hipotéticos, limites estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros, com acompanhamento diário das exposições para cada tipo de risco de mercado. Desta forma, a exposição a riscos é mantida de acordo com os limites estabelecidos pela Filial.

- **Risco de crédito** - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira da contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do mercado de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, bem como limites de crédito estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros.

- **Risco de liquidez** - as exposições decorrentes de descasamentos de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas por meio da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de *stress*, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter os limites mínimos de liquidez estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros.

- **Risco operacional** - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

- **Gerenciamento de capital** - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado financeiro, cuja instituição líder é a Filial.

A área de Finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, tais como testes de estresse e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível (PR) suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido (PRE), o impacto dos testes de estresse sobre o capital e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Alta Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

Os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede da Filial e as informações referente a estrutura de gerenciamento de capital do conglomerado e do risco de liquidez estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.ing.com.br>.

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por operações compromissadas no montante de R\$ 589.998 (R\$ 1.192.736 em 2013) lastreadas em títulos públicos, certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) no montante de R\$ 204.235 (R\$ 40.235 em 2013) e operações em moeda estrangeira no montante de R\$ 418.361, todos com vencimentos em até três meses.

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	2014 Custo atualizado
Títulos e valores mobiliários					
Carteira própria					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	-	-	211.558	211.558	212.278
Total carteira própria para negociação	-	-	211.558	211.558	212.278
Vinculados a recompra					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	123	-	-	123	124
Total vinculados a recompra	123	-	-	123	124
Vinculados à prestação de garantias					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	47.540	163.870	211.411	182.920
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	20.314	20.314	20.451
Total vinculados à					


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

b) Nível de risco

Nível de risco	Valor da provisão		Valor da carteira	
	2014	2013	2014	2013
AA	-	-	2.198.772	1.065.972
A	0,5%	106	21.300	126.976
Total	106	635	2.220.072	1.192.948

c) Vencimento

Vencimento	2014		2013	
	A vencer até 90 dias	380.971	385.265	
A vencer de 91 a 360 dias	1.626.192	632.587		
A vencer acima de 360 dias	212.909	175.096		
Total	2.220.072	1.192.948		

d) Movimentação da provisão

Provisão	2014		2013	
	Saldo inicial	86	87	
Constituição	60	705		
Realização	(40)	(157)		
Saldo final	106	635		

Em 30 de junho de 2014, houve recuperação de valores que haviam sido contabilizados para prejuízo no montante de R\$ 632.

9 CARTEIRA DE CÂMBIO

Carteira de câmbio	2014		2013	
	Circulante		Circulante	
Ativo				
Câmbio comprado a liquidar	1.898.127		929.857	
Direitos sobre venda de câmbio	309.877		17.966	
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	6.136		15.272	
Adiantamento em moeda estrangeira	-		(488)	
Total	2.214.140		962.607	
Passivo				
Câmbio vendido a liquidar	308.870		18.587	
Obrigações por compra de câmbio	1.952.608		856.400	
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(1.862.821)		(837.921)	
Total	398.657		37.066	

10 OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Créditos diversos	2014		2013	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 19)	5.813	14.905	22.344	8.165
Impostos a compensar	5.816	20.976	10.353	27.518
Depósitos judiciais (Nota 16.d)	-	95.128	-	84.881
Adiantamentos a funcionários e terceiros	379	25	269	25
Crédito de restituição via precatórios	-	10.939	-	-
Diversos	599	-	1.299	231
Total	12.607	141.973	34.265	120.820

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Sem vencimento	2014		2013	
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Depósito à vista	2.309	-	-	2.309
Depósito interfinanceiros	-	253.151	-	253.151
Depósito a prazo	-	260.360	345.719	799.715
Captações no mercado aberto	-	167.321	-	167.321
Total por faixas de vencimento em 2014	2.309	427.681	345.719	1.222.496
Total por faixas de vencimento em 2013	1.426	34.310	558.392	1.151.226

12 RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Em 30 de junho de 2014, são compostos por Letras de Crédito do Agronegócio no valor de R\$ 13.062 (R\$ 40.807 em 2013) com vencimentos em até três meses e remuneradas a taxas vinculadas ao CDI.

13 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 821.802 (US\$ 411.247 em 2013) que representa R\$ 1.812.858 (R\$ 915.542 em 2013), a taxa de juros de até 4,95% a.a., e vencimentos até junho de 2015 e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 171.200 (US\$ 225.000 em 2013) que representa R\$ 376.965 (R\$ 498.381 em 2013).

14 OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Obrigações fiscais e previdenciárias	2014		2013	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	2.054	-	981	-
Imposto de renda e contribuição social	4.871	-	13.359	-
Provisão para riscos fiscais (Nota 16.c)	-	53.290	-	45.703
Impostos e contribuições diferidos	912	523	674	-
Total	7.837	53.813	15.014	45.703

15 OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Obrigações diversas	2014		2013	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Provisão para despesas de pessoal	2.330	1.747	2.295	2.109
Provisão para contingências (Nota 16.b)	-	545	-	8.253
Diversos	4.088	1.155	3.764	1.181
Total	6.418	3.447	6.059	11.543

16 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes: em 30 de junho de 2014 e 2013, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes: a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 30 de junho de 2014 e 2013, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/2013	Adições	Reversões	30/06/2014
Trabalhistas	1.121	56	(632)	545
Total	1.121	56	(632)	545
	31/12/2012	Adições	Reversões	30/06/2013
Totais passivos contingentes	7.946	308	(1)	8.253

b.1) Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão: a Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela Administração e assessores legais externos e para as quais não foram constituídas provisões. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de hedge, no valor atualizado de R\$ 18.102 (R\$ 17.513 em 2013). Foi apresentada impugnação na DRJ, ainda pendente de julgamento.

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 17.811 (R\$ 17.125 em 2013). Foi apresentado recurso voluntário no CARF, ainda pendente de julgamento.

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição Social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 7.443 (R\$ 7.160 em 2013). Foi apresentado recurso voluntário no CARF, ainda pendente de julgamento.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Filial possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 18 milhões (R\$ 18 milhões em 2013).

c) Obrigações legais: representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária relacionados à contribuição social, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica "Provisão para Riscos Fiscais" (Nota 14). As principais obrigações referem-se à dedução da despesa de contribuição social da base de cálculo do imposto de renda no montante R\$ 21.435 (R\$ 20.522 em 2013), processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 13.251 (R\$ 12.461 em 2013) e Pis e Cofins contingencial no montante de R\$ 14.386 (R\$ 8.972 em 2013). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.

d) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 16.583 (R\$ 16.583 em 2013), multa sobre operação de câmbio no montante de R\$ 6.359 (R\$ 6.292 em 2013), depósito judicial referente à compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991 no montante de R\$ 4.198 (R\$ 3.889 em 2013) e depósitos referente os processos citados no item c) acima. O saldo remanescente de R\$ 14.780 é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

17 OPERAÇÕES VINCULADAS

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativos vinculados	1.360.572	-	395.398	-
Empréstimos do exterior	-	1.360.018	-	395.309
Total	1.360.572	(2.503)	395.398	(3.950)

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Filial corresponde a R\$ 350.492, referente investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos cotistas em atos societários pertinentes.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Filial mantém créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 20.342 (R\$ 30.133 em 2013).

Adicionalmente, há registrado um valor de R\$ 376 (R\$ 376 em 2013) referente ao Crédito Tributário de CSLL (artigo 18º da Medida Provisória 2.158-35).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2014 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos	31/12/2013	Adições	Baixas	30/06/2014
Contribuição social - art. 18 da MP 2.158-35	376	-	-	376
Outras provisões temporárias	24.119	2.838	(10.637)	16.320
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	4.650	360	(988)	4.022
Outras provisões temporárias (passivas)	(5.248)	(3.254)	7.067	(1.435)
Total	23.897	(56)	(4.558)	19.283
Créditos tributários diferidos	31/12/2012	Adições	Baixas	30/06/2013
Contribuição social - art. 18 da MP 2.158-35	296	80	-	376
Outras provisões temporárias	23.466	6.906	(4.655)	25.717
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	7.083	-	(2.667)	4.416
Outras provisões temporárias (passivas)	(5.999)	(1.030)	6.355	(674)
Total	24.846	5.956	(967)	29.835

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 30 de junho de 2014, está demonstrado a seguir:

Realização do crédito tributário	2014
Ano-calendário 2014	4.525
Ano-calendário 2015	3.530
Ano-calendário 2016	3.648
Ano-calendário 2017	2.348
Ano-calendário 2018	4.856
Imposto de renda e contribuição social diferido	18.907

Em 30 de junho de 2014, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 14.476 (R\$ 26.134 em 2013), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos períodos.

Apureção de imposto de renda e contribuição social	2014	2013
Resultado antes dos impostos e participações	24.492	24.505
(4) Participações nos resultados	(543)	(464)
Resultado antes dos impostos ajustado	23.949	24.041
Adições ou exclusões temporárias	(9.913)	14.560
Adições ou exclusões permanentes	(71)	72
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	-	(2.890)
Base tributável	13.965	9.776
IR (alíquota de 15%) e CS (alíquota 2009 - 15%)	(2.095)	(1.467)
Adicional de IR (alíquota de 10%)	(1.384)	-
Redução de imposto por incentivos	74	-
Outros ajustes	-	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(3.405)	(1.467)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(4.457)	(4.457)
Resultado da marcação a mercado	9.532	9.532
Provisões não dedutíveis temporariamente	(12.312)	(12.312)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	(4.189)
Outras diferenças temporárias	(7.184)	(8.106)
Base tributável diferida	(9.964)	(14.153)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(2.491)	(2.123)
Total	(8.222)	(8.222)

20 OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

	2014	2013
Ativo (passivo)		
Aplicações em moeda estrangeira	418.361	-
Rendas a receber	-	27
Depósitos à vista	(2.309)	(1.426)
Depósitos interfinanceiros	(253.151)	(246.784)
Depósitos a prazo	(210)	(315)
Obrigações por operações compromissadas	(122)	(603)
Empréstimos no exterior	(1.347.128)	(714.689)
Outras obrigações - câmbio	(376.965)	(498.381)
Recargas (despesas)		
Outras receitas operacionais	6.218	4.585
Despesas de depósitos a prazo	(20)	(12)
Despesas de operações compromissadas	(14)	(41)
Despesas com depósitos interfinanceiros	(12.111)	(8.320)
Resultado de empréstimos no exterior	53.476	(77.694)
Resultado obrigações com banqueiros exterior	(1.707)	(10.498)

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2014 foi de R\$ 1.570 (R\$ 1.437 em 2013) de remuneração fixa, e de R\$ 1.637 (R\$ 1.841 em 2013) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

a) Remuneração baseada em ações

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo), participa de um programa global de remuneração de longo prazo "Long-Term Sustainable Performance Plan", patrocinado pelo ING Group N.V. de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (*vesting period*), que ocorre em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No *vesting date* os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurado com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

A Filial registrou despesas no valor de R\$ 51 no semestre findo em 30 de junho de 2014 (R\$ 157 em 2013), tendo como contrapartida a conta de "Reserva de capital".

21 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 284.686 (R\$ 164.000 em 2013).

b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.293/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 30 de junho de 2014, o valor do patrimônio de referência exigido (PRE) correspondia a 33,81% do valor do patrimônio de referência ajustado (26,16% em 2013).

c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o semestre findo em 30 de junho de 2014 totalizaram R\$ 233 (R\$ 195 em 2013).

d) Outras despesas administrativas correspondem basicamente a despesas de processamento de dados R\$ 2.962 (R\$ 2.539 em 2013), serviços do sistema financeiro nacional R\$ 642 (R\$ 385 em 2013), alugueis R\$ 1.648 (R\$ 1.601 em 2013), serviços técnicos especializados R\$ 1.490 (R\$ 1.406 em 2013), serviços de terceiros R\$ 1.171 (R\$ 1.125 em 2013), despesas com comunicação R\$ 516 (R\$ 524 em 2013) e despesa com manutenção e conservação R\$ 838 (R\$ 590 em 2013).

e) Outras receitas operacionais correspondem basicamente à recuperação de encargos e despesas administrativas R\$ 6.382 (R\$ 5.379 em 2013), reversão de provisão de gratificação R\$ 602 (R\$ 1.089 em 2013) e atualização de depósitos judiciais R\$ 2.854 (R\$ 2.014 em 2013).

f) Outras despesas operacionais correspondem basicamente atualizações de riscos fiscais R\$ 1.539 (R\$ 869 em 2013).

g) Em 13 de maio de 2014, a MP 627/13 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a